

Registros de batismo e inventários *post mortem* como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites.

Marcelo Santos Matheus¹
Luís Augusto Farinatti²

Resumo: Nas últimas três décadas, pesquisadores têm se utilizado da realização de uma estrutura de posse escrava para, entre outros objetivos, verificar a distribuição da posse cativa e a concentração de escravos em determinadas faixas de plantel. Neste artigo, refletimos acerca das potencialidades e das debilidades de duas fontes que têm sido usadas para esse fim: os inventários *post mortem* e os registros de batismo. O lócus da pesquisa é a fronteira sul da província de São Pedro, a partir das duas principais localidades daquele espaço fronteiriço: as capelas de Alegrete e Bagé. O recorte temporal estende-se entre 1820 e 1850, para a primeira, e entre 1830 e 1850 para a segunda. Como resultados parciais, podemos afirmar que os registros de batismos, apesar de sobre-representar as menores escravarias, capturam um contingente senhorial muito maior que os inventários. Da mesma forma, os batismos ilustram aquele senhor que, em algum momento de sua vida, teve um ou mais escravos, mas que, quando da sua morte, não era mais um proprietário de cativos – ou mesmo o seu inventário não foi produzido. Por outro lado, os inventários *post-mortem* capturam melhor os grandes plantéis existentes em dada região e em determinado momento.

Palavras-chave: Estrutura de posse escrava. Inventários *post mortem*. Registros de Batismo. Escravidão.

Nas últimas três décadas, pesquisadores têm estudado as estruturas de posse escrava para, entre outros objetivos, verificar a distribuição da posse cativa e a concentração de escravos em determinadas faixas de plantel.¹ Contudo, a qualidade e a fidedignidade do estudo dependem dos documentos disponíveis. Uma das melhores fontes são as Listas de Fogos, porém, estas existem de modo sistemático apenas para algumas capitanias/províncias, como São Paulo e Minas Gerais. Neste contexto, os historiadores lançam mãos de fontes alternativas – dentre elas, as mais utilizadas são os inventários *post-mortem*.

Como se sabe, porém, os inventários trazem problemas, como a sobre-representação das camadas mais abastadas. Neste sentido, este artigo tem por finalidade cruzar os resultados da estrutura de posse explorando as duas fontes disponíveis para uma região específica – os batismos e os inventários – e refletir acerca das potencialidades e das debilidades de cada uma.

¹ MARCELO SANTOS MATHEUS: Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período sanduíche em Brown University, Estados Unidos (Bolsa CAPES/PNPD). Possui mestrado em História pela UNISINOS e graduação em História pela UNIFRA. Pesquisa História do Brasil Império, com ênfase nos temas Escravidão, Hierarquia Social e Liberdade.

² LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI: Professor do Departamento de e do Programa do Pós-Graduação História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente Chefe do Departamento de História na mesma instituição. Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Possui mestrado História do Brasil pela PUCRS e graduações em História e em Direito pela UFSM. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Sociedades e hierarquias no Brasil Meridional (1750-1930)”.

O lócus da pesquisa é a fronteira sudoeste da província do Rio Grande do Sul, a partir das duas principais localidades daquele espaço fronteiriço: a Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Alegrete e a Capela de São Sebastião de Bagé. O recorte temporal estende-se entre c.1830 e 1850 (os registros de batismo de Bagé iniciam pouco antes do ano de 1830). Em relação aos inventários *post-mortem*, eles existem em maior monta somente a partir do ano de 1845, para Bagé, quando encerra-se a Guerra Civil Farroupilha; para Alegrete, os inventários estão mais bem distribuídos entre 1830 e 1850.

Em um primeiro momento, iremos apresentar a região foco do estudo. Depois, a análise recai sobre as estruturas de posse realizadas a partir dos registros de batismo e dos inventários *post-mortem*. Finalmente, iremos propor uma reflexão acerca dos resultados encontrados, ilustrando como cada fonte pode ser melhor utilizada, dependendo do intento do pesquisador e de sua pesquisa.

A fronteira e suas capelas na primeira metade do século XIX

No início do século XIX, os luso-brasileiros conquistaram áreas disputadas com os súditos do Império espanhol, situadas a sul e oeste da então Capitania de São Pedro. Enquanto expandiam o território português, os mesmos estabeleceram unidades produtivas, que tinham na pecuária sua principal atividade econômica. Neste panorama, a criação de novas capelas foi uma das maiores características deste período. Grosso modo, o processo dava-se da seguinte forma: quando da migração de uma quantidade significativa de indivíduos e/ou famílias, geralmente em torno de um acampamento militar, os potentados locais escreviam, às vezes sob a forma de abaixo-assinados, às autoridades no Rio de Janeiro pedindo a graça de poderem construir uma capela que atendesse as almas do lugarejo.

Neste contexto, as Capelas de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Alegrete e a Capela de São Sebastião de Bagé foram as mais importantes, já que atraíram a maior quantidade de luso-brasileiros dentre as capelas da fronteira. Junto consigo, os novos habitantes da fronteira sul da capitania/província traziam seus escravos, ao mesmo tempo que, lá estabelecidos, continuavam aumentando seus plantéis através da compra de africanos e crioulos, bem como da reprodução natural.

A primeira capela onde depois instalou-se a freguesia de Alegrete foi erguida em 1812. No contexto dos conflitos com as forças artiguistas, a capela foi queimada, sendo reconstruída em

São os registros destas duas localidades, juntamente com os inventários, que servirão de base para a análise que vem a seguir. Nela, os resultados da estrutura de posse a partir dos batismos e dos inventários serão confrontados, na busca de apreender quais os pontos positivos e negativos de cada fonte para a realização de tal recurso analítico.

Estrutura de posse escrava no sudoeste da província de São Pedro – primeira metade do século XIX

Antes de passarmos para a análise propriamente dita, é importante salientar que se a produção de uma estrutura de posse escrava a partir dos inventários é algo comum na historiografia, o mesmo não pode ser dito da sua realização a partir dos batismos – apesar de não ser uma novidade. Os primeiros a empregarem esta ferramenta analítica, com resultados bem interessantes, foram José R. Góes e João Frago. ^{iv} De nossa parte, iremos nos valer da mesma metodologia utilizada por Tiago Gil e Bruna Sirtori, isto é, foram contabilizados todos aqueles escravos que aparecem nos registros, seja como batizando, mãe, pai ou padrinho/madrinha, eliminando-se os repetidos (por exemplo, uma mãe que levou cinco filhos à pia foi contabilizada apenas uma vez). ^v

Desnecessário dizer o enorme trabalho que esta metodologia demandou, já que agregar todos os escravos de um mesmo senhor e eliminar, dentro de cada escravaria, todos os repetidos, foi quase que um trabalho manual. Complicador à parte, a repetição de nomes (Marias, Joãos, Antônio, Franciscas, Jacintos, etc.) exigiu uma decisão do pesquisador: apenas quando se tivesse *total certeza* de que as Josefás, cativas de Águida Maria da Conceição, por exemplo, eram pessoas diferentes, contou-se duas escravas. Do contrário, havendo dúvida, mesmo que indícios levassem a aventar que fossem indivíduos diferentes, contou-se apenas um escravo.

Também é fundamental destacar que o principal objetivo não é o de comparar uma localidade com a outra (nem com outras regiões, foco de estudos diversos), até porque elas apresentavam características parecidas no tocante à estrutura de posse (o que provavelmente advém do fato delas terem uma ocupação, atividade econômica, dentre outros aspectos, semelhantes). A única diferença significativa, como é possível observar nas Tabelas 1 e 2 abaixo, é que em Alegrete havia algumas escravarias de maior vulto nos batismos ⁶. Assim, como já dissemos, a nossa

⁶ Em Bagé, o maior escravista, conforme os inventários, é José de Sousa Neto (documento produzido em 1856) e sua esposa, Teotônia Bueno, pais do General farroupilha Antônio de Sousa Neto, com 56 cativos – próximo dos 62 escravos do General Bento Manoel Ribeiro, de Alegrete. Contudo, José Neto tem apenas 11 cativos nos batismos, enquanto

finalidade é comparar os resultados encontrados nos inventários com os resultados a partir dos batismos.

Esclarecido isto, passamos para a análise, começando pelos inventários *post-mortem*. Tanto em relação a estes últimos, quanto em relação aos batismos, as escravarias foram divididas em quatro faixas de tamanho de plantel, que estão de acordo com as características econômicas da região – a pecuária, principal atividade, não necessitava de tantos braços, como as *plantations*, por exemplo.

Tabela 1 – Estrutura de posse escrava a partir dos inventários *post-mortem*, Alegrete e Bagé, c.1830-1850

Tamanho dos plantéis	Total de inventários com escravos		% de senhores		Nº de escravos		% de escravos	
	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé
De 1 a 4 escravos	40	17	43	32	104	41	12	8
De 5 a 9 escravos	26	18	28	34	171	123	19,5	23,5
De 10 a 19 escravos	15	11	16	21	206	149	23,5	28
Com 20 ou mais escravos	12	7	13	13	394	213	45	40,5
Total	93	53	100	100	875	526	100	100

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários – o escravo deixado como herança*. Coordenação de Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010.

Como mencionado acima, em Alegrete há um número mais significativo de inventários para o período aqui analisado - 93. Em Bagé, apenas 53 inventários foram produzidos nos 20 anos aqui abarcados. Ao que parece, a produção de documentos nesta última localidade foi mais afetada pelos conflitos decorrentes da Revolução Farroupilha, algo que também foi possível observar nos batismos.

Segundo os inventários, tanto em Alegrete quanto em Bagé, predominavam os pequenos⁷ senhores, isto é, com até 9 cativos (71% e 66%, respectivamente). A concentração de escravos nas mãos destes escravistas era idêntica nas duas localidades (31,5%, ou menos da metade da representatividade dos proprietários nesta faixa). Os médios escravistas (com 10 a 19 cativos) concentravam percentuais mais próximos a sua representatividade – os 16% de Alegrete detinham 23,5% dos escravos, enquanto os 21% de Bagé detinham 28%. Por fim, os grandes proprietários,

Bento Manoel tem 46. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Inventário de José de Sousa Neto e de sua mulher Teotônia Bueno. Bagé, Vara da Família, n. 120, 1856.

⁷ As noções de “pequeno”, “médio” e “grande” escravistas, como já referido, têm relação com o tamanho dos plantéis na região e estão em acordo com a necessidade de mão de obra na pecuária.

apesar de representarem apenas 13% nas duas localidades, concentravam mais de 40% dos escravos (45% em Alegrete e 40,5% em Bagé).

Antes de passarmos aos resultados encontrados a partir dos batismos, cumpre destacar o significado do total de escravos arrolados nos inventários *post-mortem*. Os 875 cativos de Alegrete representam uma média de 9,5 escravos por inventários. Contudo, se tomarmos apenas os senhores com 20 ou mais escravos, a média sobe para cerca de 33. Já os 526 escravos de Bagé representam uma média de 10 cativos por inventário. Levando em conta somente os grandes escravistas, a média sobe para 30,5.

Tabela 2 – Estrutura de posse escrava a partir dos batismos, Alegrete e Bagé, c.1830-1850

Estimativa do tamanho dos plantéis	Total de senhores		% de senhores		Nº de escravos		% de escravos	
	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé	Alegrete	Bagé
De 1 a 4 escravos	666	429	84	86	1.374	993	55	66,5
De 5 a 9 escravos	91	58	11,5	10,5	556	359	22,5	24
10 a 19 escravos	27	12	3,5	2,5	354	137	14	9,5
Com 20 ou mais escravos	7	-	1	-	206	-	8,5	-
Total	791	499	100	100	2.490	1.489	100	100

Arquivo da Diocese de Uruguaiana. Registro de Batismo de Alegrete. Livros 2, 3, 4 e Livro de Escravos.

Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo de Bagé. Livros 1, 2, 3, 4A e 4B

Antes de tudo, chama atenção a grande quantidade de senhores que, de uma forma ou de outra (como senhores de batizando e seus pais, senhores de padrinho, senhores de madrinhas), tiveram seu nome mencionado na hora da celebração do batismo – 791 em Alegrete e 499 em Bagé. Consequentemente, o número de escravos que aparecem nos batismos também é muito significativo: em Bagé quase 1.500 escravos compareceram às cerimônias; em Alegrete, impressionantes 2.490 cativos foram batizados, viram seus filhos adentrarem para o grêmio da Igreja católica ou serviram como pais espirituais de outros rebentos (ou africanos recém-chegados).

Tanto em Alegrete como Bagé a maioria dos proprietários, a partir dos batismos, eram senhores de poucos escravos – cerca de 85% tinham de 1 a 4 cativos. Somados os proprietários com 5 a 9 escravos, o percentual de pequenos senhores chega a impressionantes mais de 95%. Estes escravistas, em Alegrete, concentravam 77,5% dos cativos; em Bagé, pouco mais de 90%. Os médios proprietários representavam cerca de 3% em ambas as localidades, mas concentravam 14% dos escravos em Alegrete e 9,5% em Bagé.

Os senhores com 20 ou mais escravos mencionados nos batismos só se fizeram representar em Alegrete. A partir dos cativos que aparecem nesta mesma fonte, nenhum proprietário teve mais do que 13 cativos em Bagé. Em compensação, nessa faixa, em Alegrete aparecem sete senhores, ou 1% dos proprietários. Entretanto, eles concentravam mais de oito vezes sua representatividade, no que diz respeito aos escravos (8,5%). A média de cativos entre estes sete grandes senhores alegretenses foi de 29,5 por senhor. Entre os médios proprietários, nesta mesma localidade, a média foi de 13 escravos por senhor. Já entre os médios escravistas bageenses, 11,5 por proprietário.

Registros de batismo e inventários post-mortem: limites e possibilidades

Apresentados os resultados gerais da estrutura de posse a partir dos inventários *post-mortem* e a partir dos registros de batismos, o que podemos aventar sobre as potencialidades e debilidades de cada uma destas fontes para o emprego deste recurso analítico? Em primeiro lugar, salta aos olhos a diferença da quantidade de senhores que os inventários e os batismos capturam. Enquanto que em Alegrete, durante as duas décadas aqui abrangidas, 93 inventários com escravos foram lavrados, nada menos do que 791 senhores aparecem nos batismos; em Bagé, frente aos 53 inventários, praticamente 500 proprietários tiveram algum escravo registrado nos batismos. Na primeira localidade, a média é de um inventariado com escravos para cada 8,5 senhores nos batismos; já em Bagé, entre 1830 e 1850, um senhor com escravo(s) foi inventariado para cada nove proprietários que apareceram nos batismos.

Com efeito, mesmo que sendo repetitivos, a quantidade de senhores nos batismos impressiona. É bom salientar que a fronteira sudoeste da província, na primeira metade do século XIX, ainda era um espaço de incertezas e disputas, isto é, não havia a noção exata do quanto daquela região (e se a própria região) continuaria pertencendo ao Império brasileiro. Na Guerra da Cisplatina (1825-1828), por exemplo, o exército imperial foi derrotado pelos orientais, com o Brasil perdendo todo aquele território, apesar de boa parte do norte da Banda Oriental (Uruguai) ser ocupada por propriedades de brasileiros.^{vi} Portanto, mesmo naquele contexto conturbado, onde sucediam-se conflitos bélicos e aconteciam fugas para o além-fronteira, muitos senhores continuavam migrando com seus escravos, ou mesmo comprando mais cativos, para se instalar naquele espaço fronteiriço.^{vii}

Infelizmente, como já mencionado, praticamente não há listas de fogos para o Rio Grande do Sul. Todavia, André Corrêa localizou uma das raras fontes desta natureza existentes para a

província. A lista abrange o município de Caçapava, o qual, no século XIX, tinha características econômicas e sociais semelhantes às duas localidades aqui analisadas – economia baseada na pecuária, pequena agricultura e importância da mão de obra escrava para o costeio do gado.^{viii} Porém, tratava-se de uma região de pecuária mais modesta e menos capitalizada do que a praticada em Alegrete e Bagé, ou seja, provavelmente com menos escravos. O impressionante é que, ainda assim, conforme Corrêa, quase 70% dos domicílios tinham escravos.^{ix} Neste sentido, acreditamos que a quantidade de senhores capturados através dos batismos em Alegrete e em Bagé não parece irreal, reproduzindo uma realidade encontrada em um município próximo e com características parecidas.

Por seu turno, esse grande número de senhores encontra similaridade na quantidade de escravos. Se em Alegrete tivemos 875 escravos arrolados nos inventários, nos batismos este número chega a nada menos que 2.490; em Bagé, enquanto temos 526 cativos nos inventários, nos batismos aparecem 1.489. A relação, em Alegrete, é de um escravo inventariado para pouco mais de três que foram registrados nos batismos; em Bagé, um para pouco menos de três. Fundamental ressaltar que, na análise aqui empregada, o uso de dois municípios serve para reforçar o teste sobre a representatividade dos documentos – o que veio a se confirmar através da grande semelhança entre os resultados encontrados para as duas localidades, tanto em relação à quantidade de senhores presentes nos inventários *versus* senhores presentes nos batismos, quanto em relação à quantidade de escravos arrolados nos inventários *versus* os escravos registrados nos batismos.

Por óbvio, não negamos a questão que boa parte destes cativos existentes nos batismos são os próprios batizando o que, ligado ao fato que a mortalidade infantil era alta, serve de alerta para relativizarmos os números. Contudo, os estudos a partir dos inventários *post-mortem* também contabilizam crianças recém nascidas ou com um, dois ou três anos – apesar de que, no caso dos inventários que trazem a idade dos escravos, o pesquisador pode isolar apenas aqueles em idade produtiva e, com isso, realizar análises mais refinadas.

A questão acima nos remete a outro problema que pode advir através de uma estrutura de posse realizada a partir dos batismos. Provavelmente aquelas escravarias com mulheres em idade produtiva são mais bem representadas do que aquelas com mais homens e/ou idosos (e geralmente aqueles senhores com mais cabedais procuravam, no mercado, homens em idade produtiva). Da mesma forma, os batismos sobre-representam as pequenas escravarias, especialmente aquelas com dois cativos – não à toa em Alegrete há 181 escravarias com apenas um escravo e 312 com dois cativos, enquanto em Bagé temos 44 proprietários que aparecem nos batismos com um escravo e

impressionantes 257 com dois cativos. Assim, fica nítido que essa fonte, quando da realização de uma estrutura de posse, captura muitos casos onde apenas uma mãe e seu filho foram registrados sob senhorio de alguém (e quanto menor o recorte temporal, mais chances de um senhor aparecer em apenas um registro, onde contabiliza-se dois escravos).

Por sua vez, o fato de que, no caso dos senhores, a representatividade dos batismos ser muito maior que a sua representatividade nos inventários (nove para um), mas, no caso dos escravos, a diferença cair de quase nove para três (ou três por um), ratifica a hipótese de que os inventários sobre-representam as camadas mais abastadas da sociedade e, portanto, os grandes escravistas. Neste contexto, confirma-se que há uma enorme gama de pequenos senhores que aparece nos batismos, mas são invisíveis quando se estuda a disseminação da posse escrava somente através dos inventários.

Confirmando o exposto nos dois parágrafos acima – e passando para a comparação da estrutura de posse, propriamente dita –, se nos batismos o percentual de pequenos senhores chega a cerca de 95% nas duas localidades, de acordo com os inventários ele gira em torno de 70%. Por seu turno, a concentração de escravos entre estes escravistas também oscila de uma fonte para outra: se nos batismos ela é de aproximadamente 77% em Alegrete, em Bagé alcança impressionantes 90%, isto é, bastante próxima ao percentual de senhores nesta faixa de plantel, de acordo com os inventários ela é de pouco mais de 30% em ambas as localidades – ou cerca da metade da representatividade dos senhores.

Devido à alta concentração de senhores e escravos, nos batismos, entre os proprietários de pequenas posses, os médios e grandes planteis apresentam percentuais bastante baixos, conforme esta fonte: por volta de 3% dos senhores tinham entre 10 e 19 escravos. Todavia, eles concentravam quase três vezes mais escravos do que sua representatividade. Por outro lado, segundo os inventários, os percentuais de senhores e escravos são muito mais próximos da sua representatividade, entre os médios, escravistas do que a partir dos batismos: 16% dos senhores detinham 23,5% dos escravos, em Alegrete; e, em Bagé, 21% dos proprietários concentravam 28% dos cativos.

No que diz respeito aos grandes planteis (20 ou mais escravos), outra grande diferença, assim como já observado entre os pequenos. Em Bagé, segundo os batismos, nenhum senhor alcançou tal marca (como já referido, nenhum proprietário teve mais que 13 escravos registrados nesta fonte). Para esta localidade, sete inventários tiveram 20 ou mais cativos arrolados, concentrando impressionantes 40% dos escravos. Em Alegrete, conforme os batismos, sete senhores

(ou 1%) também estão nesta faixa de plantel, concentrando quase oito vezes mais escravos (8,5%) do que sua representatividade. Porém, conforme os inventários, os grandes senhores alegretenses concentravam 45% dos cativos, embora representassem apenas 13% dos proprietários.

Finalmente, comparando a concentração da posse escrava entre os 5% com mais cativos e entre os 50% com menos escravos, nos batismos e nos inventários, temos o seguinte resultado: conforme a primeira fonte, em Alegrete, os 40 senhores (que representam os 5%) detinham 614 escravos, ou 25% do total; em Bagé, os 25 proprietários que perfazem os 5% concentravam 236 cativos, ou 16%. A diferença de uma localidade para outra entra em acordo com a não existência, nos batismos, de grandes escravarias em Bagé. A partir dos inventários, temos que, em Alegrete, os 5% que representavam a elite escravista detinham 213 cativos – ou 24,5%; em Bagé, os 5% concentravam 119 escravos – ou 22,5%, percentual bastante próximo ao de Alegrete. Enfim, no que diz respeito à concentração de escravos entre os maiores proprietários, os resultados a partir dos batismos e dos inventários se aproximam, com uma exceção, que advém dos 16% encontrados a partir dos batismos para Bagé.

Por outro lado, segundo os inventários, os 50% com menos escravos em Alegrete concentravam 139 escravos – ou 16%; em Bagé, os 50% com menos cativos detinham 91 almas – ou 17,5% –, número bastante próximo. Conforme os batismos, em Alegrete, os 50% menores escravistas concentravam 605 cativos – ou 24,5%; já em Bagé, os 50% proprietário com menos escravos detinham 526 almas – ou 30,5%. Resumindo, tanto os inventários, quanto os batismos corroboram a existência de uma grande desigualdade (que poderíamos chamar de social e econômica), no que diz respeito à posse escrava, entretanto, nos inventários este fenômeno é muito mais significativo. E não apenas isso, essa desigualdade aparece em números proporcionais muito semelhantes quando se trabalha tanto com batismos quanto com inventários, a despeito da diferença nos números absolutos. A nosso ver, sem deixar de lado os necessários cuidados metodológicos, isso reforça a confiabilidade dessas fontes.

Antes de encerrarmos, cabe uma última verificação. Os maiores escravistas que aparecem nos inventários são os mesmos dos batismos? Dos 12 senhores que tinha entre 10 e 13 escravos, em Bagé, apenas Firmina Figueiredo dos Santos aparece nos inventários com mais de 20 cativos (mesmo estendendo a análise dos inventários até 1855). Na verdade quem aparece é seu falecido esposo, Joaquim Antônio dos Santos, do qual Firmina é inventariante – se nos inventários o casal tem 21 escravos, nos batismos Firmina aparece como senhora de 11 cativos (mesmo tendo falecido em 1849, Joaquim não aparece em nenhum batismo como senhor, o que, por certo, abriria outro

conjunto de problemas em torno da questão: qual o papel da mulher no controle da casa e dos bens e recursos do casal?)⁸.

Em Alegrete, a co-relação entre grandes senhores nas duas fontes é bem maior (para esta localidade, contabilizamos apenas os senhores com 20 ou mais escravos, tanto nos batismos, quanto nos inventários). O General Bento Manoel Ribeiro teve 46 escravos registrados nos batismos, número não muito distante dos 62 cativos do inventário de sua esposa, Maria Mâncio Ribeiro⁹. Albino Pereira de Lima, que teve 20 escravos nos batismos, quando morreu, teve registrado em seu inventário a posse de 46 escravos¹⁰. Manoel Joaquim do Couto, com 23 escravos nos batismos, teve 46 arrolados em seu inventário¹¹. Agostinho Dorneles de Souza aparece como senhor de 27 escravos nos batismos e, no inventário de sua esposa, Teresa Joaquina de Jesus, 32 escravos foram arrolados¹². Já Manoel José de Carvalho, que teve 50 escravos registrados nos batismos (configurando ser ele o maior escravista a partir desta fonte) não teve o inventário dentro do recorte aqui estabelecido (1855), mas sua esposa, cujo inventário foi produzido em 1853, teve 23 cativos inventariados¹³.

Outro aspecto importante a mencionar, embora não o tenhamos tratado especificamente, é que os inventários permitem ter uma ideia das unidades produtivas que não possuíam escravos, ainda que essa seja uma ideia imperfeita, já que sub-representam os grupos menos favorecidos. No caso dos batismos, um procedimento pode ser feito para minimizar esse problema, embora exija bastante trabalho. Trata-se de tomar todas as pessoas livres mencionadas nos registros, considerar os casais e ver a proporção dos que também aparecem como senhores de escravos citados nessas fontes. Assim, poderíamos alcançar um número percentual de pessoas livres que aparecem nos registros e não seria senhores de escravos.

Por fim, queremos destacar algo que, nos parece, não deve ser desprezado. Se desde a década de 1930, Gilberto Freyre chamava a atenção dos pesquisadores para o fato que, dentre “outros documentos” preciosos para o estudo “da história íntima da família brasileira”, estavam “os livros de assentos de *batismo*, óbitos e casamentos de livres e escravos” e, desde a década de 1970, a demografia histórica se utiliza dos registros paroquiais, parece que nos últimos anos a questão

⁸ APERS. Inventário de Joaquim Antônio dos Santos. Bagé, Vara da Família, n. 61, 1849.

⁹ APERS. Inventário de Maria Mâncio Ribeiro. Alegrete, Vara da Família, n. 152, 1853.

¹⁰ APERS. Inventário de Albino Pereira de Lima. Alegrete, Vara da Família, n. 64, 1840.

¹¹ APERS. Inventário de Manoel Joaquim do Couto. Alegrete, Vara da Família, n. 92, 1848.

¹² APERS. Inventário de Teresa Joaquina de Jesus. Alegrete, Vara da Família, n. 46, 1835.

¹³ APERS. Inventário de Teresa Joaquina de Jesus. Alegrete, Vara Cível e Crime, n. 27, 1853.

ganhou novos contornos¹⁴. Referimo-nos, especificamente, ao trabalho realizado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a qual disponibilizou boa parte dos registros paroquiais existentes para o Brasil – tanto para o período colonial, quanto para o imperial – em seu portal eletrônico.

Uma rápida visita ao site da Igreja possibilita observar que os registros paroquiais, e os batismos particularmente, são, talvez, uma das fontes mais abrangentes – ou as que estão disponíveis para as mais diferentes localidades do Brasil de então. Logo, cremos, não deve ser menosprezada a possibilidade do manuseio da mesma como instrumento para verificação do quanto a posse de cativos estava, ou não, disseminada pelo tecido social. Os batismos (mas não só eles, é claro) oportunizam ao pesquisador, por exemplo, identificar que determinado indivíduo, em determinado momento de sua vida, foi um senhor de escravo(s). Contudo, quando de sua morte, ou o inventário não foi produzido, algo não tão incomum, ou mesmo ele tenha deixado de ser proprietário, por vários motivos (venda em função de uma crise econômica, morte do cativo e impossibilidade de reposição, etc.). Neste sentido, acreditamos que para aquelas regiões onde os historiadores não dispõem de listas de fogos ou fontes mais apropriadas para tanto, os batismos são de grande utilidade para estimar a abrangência da escravidão entre os diferentes estratos sociais.

Enfim, caso possível, o cruzamento do resultado da estrutura de posse a partir dos batismos com o resultado encontrado a partir da análise de um documento de diferente natureza, como os inventários *post-mortem*, pode ser de grande valia, diminuindo o risco de se cometer algumas generalizações realizadas de maneira precipitada. Com isto, ao nosso ver, diminui o perigo de ilusões de ótica dadas por uma única fonte.

Fontes

Arquivo da Diocese de Bagé

Livros 1, 2, 3, 4A e 4B de registros de Batismos da Capela/Freguesia de São Sebastião de Bagé, c.1830-1850.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, pp 46-47 (grifo nosso); MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos Registros Paroquiais à Demografia Histórica no Brasil. *Anais de História*, Assis, v. 2, 1970, pp. 81-100; MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil, Maria Luiza Marcílio. *Varia História*, janeiro de 2004, p. 14. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>> Acesso em 15 de maio de 2012.

Arquivo da Diocese de Uruguaiana

Livros 2, 3, 4 e Livro de Escravos de registros de Batismos da Capela/Freguesia de Nossa Senhora Aparecida da Conceição do Alegrete, 1830-1850.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários – o escravo deixado como herança*. Coordenação de Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: CORAG, 2010.

Bibliografia

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História Do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995.

CORRÊA, André do Nascimento. *Ao Sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e Estrutura Agrária em Caçapava, (1821-1850)*. Santa Maria: PPGH/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado)

_____. Lista de fogos de Caçapava: primeiras notas de pesquisa (século XIX). Comunicação realizada no *XII Encontro Estadual da Anpuh/RS*. São Leopoldo: 2014.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

_____. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi, et al (orgs). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2014.

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria (UFSM), n. 33, jul./dez., 2006, pp. 97-120.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GIL, Tiago L. e SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: USP, 1981, especialmente o capítulo IV. (Tese não publicada). Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/li2.pdf>.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos Registros Paroquiais à Demografia Histórica no Brasil. *Anais de História*, Assis, v. 2, 1970, pp. 81-100.

_____. Os registros paroquiais e a História do Brasil, Maria Luiza Marcílio. *Varia História*, janeiro de 2004, p. 14. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>> Acesso em 15 de maio de 2012.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava e Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

OLIVEIRA, Leandro Rosa e MATHEUS, Marcelo Santos. Das migrações para a fronteira (Bagé, c.1830-c.1860). *Anais do XII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS*. São Leopoldo:

Unisinos, 2014. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405479403_ARQUIVO_DASMIGRACOESPARAAFRONTEIRA.pdf>.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. A Celebração da Paixão de Jesus Christo entre os Guaranis: Episódio de um Diário das campanhas do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Tomo Quatro*. Rio de Janeiro: IHGB: 1842.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

SOUZA, Suzada Bleil de & PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio et al (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Notas Bibliográficas

ⁱ Um dos primeiros trabalhos que se utilizou deste recurso foi: LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: USP, 1981, especialmente o capítulo IV. (Tese não publicada). Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/li2.pdf, Acesso em 14 de janeiro de 2015. Ver também o clássico: MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava e Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999, especialmente os capítulos II e III.

ⁱⁱ FARINATTI, Luís Augusto E. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi, et al (orgs). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2014, pp. 215-216; OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. A Celebração da Paixão de Jesus Christo entre os Guaranis: Episódio de um Diário das campanhas do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Tomo Quatro*. Rio de Janeiro: IHGB: 1842.

ⁱⁱⁱ FARINATTI, op. cit.; OLIVEIRA, Leandro Rosa e MATHEUS, Marcelo Santos. Das migrações para a fronteira (Bagé, c.1830-c.1860). Anais do *XII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS*. São Leopoldo: Unisinos, 2014. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405479403_ARQUIVO_DASMIGRACOESPARAAFRONTEIRA.pdf>.

^{iv} GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993; FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria (UFSM), n. 33, jul./dez., 2006, pp. 97-120.

^v GIL, Tiago L. e SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. Para o Rio Grande do Sul, ver também: FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

^{vi} SOUZA, Suzada Bleil de & PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio et al (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul* Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 121-122 e p. 133.

^{vii} FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010. Sobre fugas de escravos: PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

^{viii} CORRÊA, André do Nascimento. *Ao Sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e Estrutura Agrária em Caçapava, (1821-1850)*. Santa Maria: PPGH/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado)

^{ix} CORRÊA, André do Nascimento. Lista de fogos de Caçapava: primeiras notas de pesquisa (século XIX). Comunicação realizada no *XII Encontro Estadual da Anpuh/RS*. São Leopoldo: 2014.